

INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

André Barcelos D. Daibert¹; Edilaine A. de Moraes² & Eloise S. Botelho³

Ao levantar uma discussão sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento de localidades, muitos autores e pesquisadores apresentam os benefícios econômicos que a atividade pode promover, em destaque, a geração de emprego e renda e a dinamização da economia. Para que o turismo possa de fato contribuir para o desenvolvimento local, é necessário que os processos resultantes da atividade turística tragam benefícios não apenas em termos econômicos, mas também promovam a justiça social, a conservação cultural e do meio ambiente natural, além de permitirem que os sujeitos sociais estejam incluídos nos processos de decisão e gestão da atividade.

Observando estas questões, pretende-se nesse trabalho levantar alguns questionamentos a respeito dos processos de exclusão/inclusão social resultantes do turismo em áreas protegidas, considerando que esta é uma atividade econômica capitalista e, portanto, potencialmente excludente. Que desafios há de se enfrentar para que o turismo em áreas protegidas possa ser uma atividade promotora da inclusão social? Que caminhos podem ser visualizados para que isso seja uma realidade? Sem o intuito de responder a essas questões e sim apenas trazê-las para a reflexão científica, primeiramente será discutido o turismo enquanto atividade econômica capitalista, relacionando-o com os processos de exclusão e inclusão social.

Pode-se afirmar que é na Revolução Industrial, principalmente a partir do século XIX, que surgiu o chamado “turismo moderno”. Com mais ênfase a partir da década 1960, o turismo ganhou força enquanto atividade capitalista globalizada e passou a ser percebido como grande oportunidade de investimentos lucrativos em todo o mundo. O crescimento acelerado de países ricos e periféricos passa a ser questionado e passam a ser pauta das discussões sobre políticas públicas nas conferências internacionais.

O turismo é considerado uma atividade capitalista que interfere na organização dos espaços, necessitando portanto, de controles dos governos e da própria comunidade onde a atividade turística está inserida. Essa atividade, enquanto produtora e produto do capitalismo contemporâneo, reproduz

¹ Professor do Curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá – Juiz de Fora. Contato: abddaibert@yahoo.com.br

² Bacharel em Turismo pela UFJF. Contato: edilainerumos@yahoo.com.br

³ Professora do Curso de Turismo da UFJF e Estácio de Sá – Juiz de Fora. Contato: eloisebotelho@hotmail.com

relações sociais excludentes. A maioria da população está excluída não somente das oportunidades de participar dos frutos da riqueza gerada, mas também da produção da riqueza (MARTINS, 2002).

A inclusão existe porque há exclusão. A inclusão social parte do pressuposto que há pessoas excluídas ou há fatores excludentes. O que na verdade acontece é que os excluídos não se encontram excluídos da dinâmica capitalista, pois são elementos fundamentais para a manutenção do sistema. Maria Carmelita Yazbek (2001) destaca que o sistema reconhece o dever moral de prestar socorro aos excluídos, com um discurso humanitário da filantropia, despolitizado, mas não reconhece seus direitos sociais e não deixa que suas ações de favor e de ajuda transformem-se em direito, em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade, pois tentam manter o pobre e excluído nessa condição, sem emancipação. Portanto, a pobreza, a exclusão social e a questão social são desqualificadas como questão política, questão pública e nacional. É em função da despolitização que acontece o sucateamento dos serviços públicos, a desqualificação das políticas sociais, a destituição de direitos sociais e a privatização e filantropização da questão social. A autora destaca ainda que a ajuda e a filantropia têm um caráter moral, e não político, o que lhe confere a banalização e indiferença diante da pobreza e da exclusão social. Sobressai o clientelismo e os favores às classes subalternas (YAZBEK, 2001).

Os governos se vêem seduzidos pela capacidade de crescimento econômico que a atividade turística pode proporcionar, criando condições favoráveis, como incentivos fiscais e infra-estrutura. Desse modo surge o interesse por parte de investidores externos às populações locais em implantar empreendimentos e, acima de tudo, acumular capital, muitas vezes despreocupados em inseri-las, considerando-as apenas como mão-de-obra barata. Assim, os residentes ficam à margem das decisões, reduzindo as oportunidades que o turismo poderia lhes proporcionar, excluídos do planejamento e conseqüentemente das decisões. A comunidade que exerce sua própria cidadania é protagonista do seu próprio desenvolvimento e conseqüentemente do planejamento e da gestão do turismo. Assim, as relações sociais tornam-se horizontais e as decisões passam a ser coletivas, dando garantia ética aos projetos de desenvolvimento. A luta pela inclusão social requer empoderamento dos sujeitos locais de modo que os mesmos se co-responsabilizem à respeito da conservação sociocultural e do ambiente natural da localidade onde vivem. É através do poder de participação conferido aos autóctones que os mesmos poderão combater os impactos negativos gerados pela atividade turística, garantindo maior equidade e responsabilidade do ponto de vista social.

Como ilustração dessa discussão, o caso de Conceição de Ibitipoca merece algumas breves considerações, devido aos processos de exclusão social em função do modelo de planejamento e gestão do turismo. A referida vila é distrito de Lima Duarte, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, encontrando-se a 300 quilômetros de Belo Horizonte. Com cerca de 1000 habitantes, é o portão de entrada para a sexta Unidade de Conservação mais visitada do país, o Parque Estadual de Ibitipoca, instituído na década de 1970 que, desde então, é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas.

A implantação do Parque Estadual de Ibitipoca seguiu o modelo norte-americano, difundido na década de 1970 no Brasil, como relata Diegues (1996). Moradores foram expropriados pelo Estado e o acesso ficou limitado a visitação turística e científica. A população do entorno não foi consultada e até recentemente, as decisões quanto a gestão do turismo no Parque ficavam restritas à gestão pública, sem consulta aos moradores. Somente em 2005 foi instituído o Conselho Consultivo do Parque, prevendo algumas cadeiras a representantes da população local. Esta foi a primeira ação no sentido de trazer as decisões sobre o planejamento e gestão do turismo junto a representantes da população (BOTELHO, 2005).

O poder público, municipal e estadual, permaneceu apático diante do crescimento do turismo no entorno do Parque. Não foi previsto nenhum documento ou lei que normatizasse o desenvolvimento da atividade, com exceção de um plano diretor que nunca foi implementado. Além disso, as políticas públicas que incidiam sobre a localidade não privilegiaram a participação e o fortalecimento da autonomia dos moradores de Conceição de Ibitipoca, o que contribuiu para os processos de exclusão social. Os moradores nascidos e criados na localidade se organizaram individualmente para receber o turista. A Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca (AMAI) vem, desde 1992, com muito esforço adquirindo algumas conquistas para o desenvolvimento local, mas esbarra na dificuldade da pouca mobilização e engajamento dos moradores (BOTELHO, 2005). Além do mais, há cerca de 15 anos atrás, muitos turistas vieram morar em Ibitipoca e constituíram empreendimentos turísticos que melhor atendem às demandas turísticas, pois possuem maior poder aquisitivo. De acordo com Botelho (2005), somente cerca de 30% dos empreendimentos são de moradores nascidos e criados em Ibitipoca. Isso pode ter contribuído para a dispersão de interesses coletivos, para o pouco engajamento dos moradores locais para o bem comum e para a desvalorização do saber-fazer local, pois a identidade dos moradores passa por transformações constantes devido à inserção de novos sujeitos. A baixa inserção dos

moradores diante do movimento descontrolado da atividade turística, somado aos fatores considerados acima, são condicionantes que permitem o questionamento a respeito dos benefícios gerados pela atividade turística, pois supõe-se que estes são restritos a uma parcela dos moradores, e limitam-se a benefícios econômicos, uma vez que a localidade precisa avançar muito em termos de serviços de saúde, educação, lazer, saneamento e infra-estrutura básica e de apoio (BOTELHO, 2005). E, diante desse panorama, a inclusão social como resultado do desenvolvimento do turismo é um desafio a ser enfrentado pela população local, pelo poder público municipal e estadual e pelo Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ibitipoca.

A partir da bibliografia pesquisada e estudada, este artigo procurou levantar alguns breves questionamentos a respeito dos processos de inclusão/exclusão resultantes do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas. Partindo do pressuposto que o turismo é uma atividade econômica capitalista e, portanto, excludente, cabem os seguintes questionamentos: o sistema de gestão e política pública das áreas protegidas privilegia a inclusão social? Que indicadores levam à afirmação de que há participação dos moradores para o desenvolvimento do turismo e para a conservação do meio ambiente, no caso citado? Um dos desafios que há de se enfrentar para que o turismo em áreas protegidas possa dar subsídios para a inclusão social é a mobilização e engajamento político das populações em um contexto onde há paternalismo e assistencialismo por parte do Estado, resultando em uma inércia por parte da população excluída e em políticas públicas centralizadas. Assim, entende-se que, de maneira geral, o turismo em áreas protegidas segue o sistema capitalista de produção e, portanto, merece mais pesquisas para que as decisões relativas à gestão dessas áreas possam ser estendidas às populações, para que possam conservar a natureza, valorizar a cultura local e dinamizar a economia através da inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, E. S. *A educação ambiental transformadora: uma possibilidade através da participação comunitária*. Juiz de Fora: UFJF/FACED/NEC, 2005. Monografia (Especialização em Educação Ambiental).
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARTINS, J. S. *A sociedade a beira do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- YAZBEK, M. C.. *Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil*. Temporalis, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.